

JANUÁRIO DA CUNHA BARBOSA (1780-1846): A TRAJETÓRIA DE UM DOS FUNDADORES DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

BIANCA MARTINS DE QUEIROZ*

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como principal objetivo apresentar o projeto de doutoramento cuja temática central consiste na análise da trajetória biográfico-intelectual de Januário da Cunha Barbosa, sacerdote, orador sacro, literato, poeta épico e satírico, professor de filosofia, jornalista e político (PORTO ALEGRE, 1847: 152; SIGAUD, 1847: 190). Homem polêmico e multifacetado, atuou na Maçonaria, teve sua participação assinalada nos conflitos independentistas, foi responsável pela redação de vários periódicos e pela fundação – ao lado de seu companheiro Raimundo José da Cunha Matos – do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Destacando-se no púlpito, nas lides jornalísticas, na cátedra, nas letras, no exercício de cargos de direção e na condução de diversos trabalhos administrativos, Januário acumulou, ao longo de sua vida, diversas graças e distinções nacionais – dentre elas o Hábito e a Comenda da Ordem de Cristo e da Rosa, e o Oficialato da Imperial Ordem do Cruzeiro – e também estrangeiras, como a Real Ordem de N. S. da Conceição de Vila Viçosa (Portugal) e a de Francisco I, de Nápoles. Integrou várias sociedades literárias no Brasil, como a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, a Sociedade Literária do Rio de Janeiro, o já citado Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e ainda diversas outras estrangeiras – dentre elas o Instituto Histórico de Paris, a Arcádia de Roma, a Real Academia de Ciências de Nápoles e a Sociedade Geográfica de Berlim (IPANEMA, 1997: 206).

Além de exercer diversas atividades, Januário teve considerável produção intelectual: foi autor de mais de cem sermões religiosos, diversos artigos de periódicos, poemas, traduções, biografias e também textos historiográficos. Foi ele o autor de um dos textos cuja temática central era a da concepção dos modelos para a escrita da história do Brasil, que vieram a luz através da *Revista do IHGB* (GUIMARÃES, 2007: 99). Tais textos, que Manoel L. Salgado Guimarães dá o nome de “fundadores”¹,

* Doutoranda em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

¹ Manoel Salgado Guimarães analisa os textos de Januário da Cunha Barbosa, “*Discurso no ato de*

inauguram uma forma peculiar de escrita, a escrita da história do ponto de vista do historiador nacional, que compartilhava com diversos especialistas do código letrado algumas características e tradições. Mas, sobretudo, desenhava uma nova especialidade para as atividades das letras, qual seja, a de escrever a história do Brasil a partir de procedimentos adequados, capazes de assegurar a verdade do narrado segundo os protocolos em construção que começam a vigir para este tipo de escrita peculiar.

Nossa pesquisa consistirá na análise de toda a sua produção intelectual, buscando compreender principalmente quem foi este autor. Pretendemos investigar toda a sua formação, suas formas de atuação no contexto em que viveu e as relações que estabeleceu com seus pares.

Acreditamos que estudo da trajetória deste experimentado político e ativo intelectual possibilitará não apenas uma melhor compreensão do alcance político de seu projeto e de seu companheiro Cunha Matos, de fundação de uma instituição voltada para dotar a pátria de um passado adequado às pretensões da monarquia, mas também propiciaria um panorama mais completo das principais referências ideológicas utilizadas por uma geração de homens de destacada posição no cenário político do século XIX, que esteve à frente do IHGB durante seus primeiros anos de funcionamento.

A atuação política de Januário da Cunha Barbosa como membro da Maçonaria e jornalista é diversas vezes apontada pela historiografia que trata dos primeiros anos de fundação do Estado Nacional Brasileiro (BARATA, 2006; MOREL, 2005; NEVES, 2003; SILVA, 2006; SLEMIAN, 2005; SOUZA, 1999). Sua atuação no IHGB também é analisada pela historiografia que trata da história desta instituição (GUIMARÃES; 1995, GUIMARÃES, 1988; SCHWARCZ, 1993; WEHLING, 1989). Existem diversos apontamentos biográficos escritos a seu respeito, sobretudo por seus contemporâneos (IPANEMA, 1997: 196), como os trabalhos de Manuel Araújo Porto Alegre (1846: 145), Dr. Jose Francisco Sigaud (1847: 185), Francisco de Paula Meneses (1848: 240), Joaquim Manuel de Macedo (1876: 561), Sacramento Blake (1970: 294), Inocêncio Francisco da Silva (1859: 254) e Sebastien Auguste Sisson (1948). Um trabalho

estatuir-se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro"; de Rodrigo de Souza da Silva Pontes, formulado a partir da questão proposta pelo IHGB, em sessão de 24 de novembro de 1840, a respeito do "melhor meio para obter o maior número possível de documentos relativos à história e geografia do Brasil"; e de Raimundo José da Cunha Matos, "Dissertação acerca do sistema de escrever a história antiga e moderna do Império do Brasil."

específico sobre sua trajetória biográfico-intelectual como aqui propomos ainda não foi elaborado.

Dentro dos limites do presente texto, trataremos apenas de alguns apontamentos biográficos que imortalizaram o nome de nosso personagem nas páginas da *Revista do IHGB*, com o objetivo de efetuar a apresentação cronológica de sua trajetória. Em seguida realizaremos uma breve discussão do quadro teórico que será utilizado.

A TRAJETÓRIA DE JANUÁRIO DA CUNHA BARBOSA

Januário da Cunha Barbosa nasceu a 10 de julho de 1780 no Rio de Janeiro, filho do lisboeta Leonardo José da Cunha Barbosa e da carioca Maria Bernarda de Jesus. Tornou-se órfão de pai e mãe aos nove anos de idade, momento em que sua educação e a de seus irmãos mais jovens passou a cargo de seu tio paterno (SIGAUD, 1847: 186-7). Aos 23 anos ordenou-se sacerdote, após concluir seus estudos no Seminário de S. José. Foi nomeado pregador régio da Capela Real do Rio de Janeiro, logo que a Corte portuguesa instalou-se no Brasil (BITTENCOURT, 1938: 171-3). A partir deste momento dá início à produção de sermões, orações e discursos fúnebres e em ação de graças, proferidos no referido templo e em outras igrejas. No desempenho deste cargo recebeu o Hábito da Ordem de Cristo. Neste mesmo ano (1808), foi admitido como substituto na cadeira de Filosofia Racional e Moral. No ano seguinte tornou-se pró-comissário da Ordem Terceira dos Mínimos (SIGAUD, 1847: 187).

Januário ocupou posição de destaque na Maçonaria², envolvendo-se no conflituoso cenário político brasileiro, marcado pelos debates em torno da questão da Independência e da construção do Estado Imperial Brasileiro (BARATA, 2007: 353). Atou também como jornalista e ao lado de Joaquim Gonçalves Ledo deu início a publicação do jornal *Revérbero Constitucional Fluminense*, que começou a circular em 15 de setembro de 1821 (BITTENCOURT, 1938: 176). Aos 41 anos, Januário já desfrutava neste de bom conceito como professor e pregador régio, e também já havia

² Januário da Cunha Barbosa fez parte do “Grande Oriente do Brasil”, loja maçônica dirigida por Joaquim Gonçalves Ledo, que pretendia à partir do Rio de Janeiro, assumir a direção da atuação da maçonaria no Brasil. (BARATA, 2007: 360)

escrito peças oratórias (IPANEMA, 1981:116). Foi este periódico, sua primeira publicação fora da linha religiosa.

Um dos significativos eventos políticos que Januário teve seu nome assinalado foi o que deu origem à criação do Conselho de Procuradores das Províncias. Novamente ao lado de Joaquim Gonçalves Ledo, José Clemente Pereira e general Nóbrega, em fevereiro de 1822 assentou a representação que deu origem a este Conselho. Participou também da autoria do discurso proferido por José Clemente Pereira que pedia ao Príncipe Regente D. Pedro I que aceitasse o título de “*protetor e defensor perpétuo do Brasil*”; e de uma representação para a convocação da Assembleia Constituinte. Esta última foi alvo de uma forte oposição de José Bonifácio Andrada (BITTENCOURT, 1938: 178-181). A oposição entre o chamado “*grupo do Ledo*” (do qual Januário fazia parte) e o “*grupo do Bonifácio*” já se fazia notar desde o início da efervescência constitucionalista que tomou conta do Rio de Janeiro em 1820.³ As divergências entre estes grupos baseavam-se, sobretudo, em diferentes concepções acerca da soberania nacional. O primeiro grupo defendia “*um governo baseado na soberania popular, tendo D. Pedro como chefe escolhido pelo povo e subordinado aos seus representantes*”. Já o segundo, advogava a idéia de “*uma constituição que limitasse os poderes da Assembleia Legislativa, aceitando a autoridade do soberano como um direito legalmente herdado através da dinastia*” (BARATA, 2007: 356).

A oposição entre estes dois grupos culminou no processo de devassa determinado por José Bonifácio em 2 de novembro de 1822 contra os maçons (pertencentes ao grupo político rival) acusados de conspiração “*contra o governo estabelecido, espalhando contra ele as mais atrozes calúnias, fomentando enfim a anarquia, e a guerra civil.*” (BARATA, 2007: 362). Januário foi preso a 7 de dezembro de 1822, quando retornou ao Rio de Janeiro da viagem que havia feito a Minas Gerais, afim de conclamar os mineiros para a Aclamação do Príncipe. No dia 19 do mesmo mês

³ Estes grupos são caracterizados por Lúcia M. B. Pereira das Neves como “*grupo brasiliense*” e “*elite coimbrã*” respectivamente. No primeiro predominavam indivíduos que tinham a palavra impressa como o mais importante meio de comunicação com o mundo estrangeiro. Eram “homens de ação”, mais abertos as idéias do pensamento francês, assimiladas através da leitura de livros proibidos. Defendiam posturas mais radicais e reconheciam D. Pedro como chefe escolhido pelo povo e, portanto, subordinado aos seus representantes. No segundo grupo encontramos indivíduos que identificavam-se muito mais com a idéia de um império luso-brasileiro, nos moldes de Rodrigo de Souza Coutinho e da geração de 1790, do que com o projeto de independência. Eram simpáticos ao liberalismo moderado, que conservava a figura do rei como representante da nação, como um direito legalmente herdado através da dinastia. (NEVES, 1999:19)

foi condenado a deportação. Segue então para Havre, depois para Paris e finalmente transfere-se para Londres, onde imprime seu poema *Niterói*. Ainda no exílio escreve uma sátira política, *A rusga da Praia Grande*, publicada posteriormente no Rio de Janeiro em 1834 (BITTENCOURT, 1938: 183-5). De acordo com Sisson (1999: 439), ele aproveitou seu tempo no exílio para “*ilustrar sua inteligência, habilitando-a com os frutos da experiência e a lição dos homens para melhor servir ao seu país, cuja prosperidade constituía o constante objeto de sua solicitude e anelo.*”

Em 1823 Januário da Cunha retorna ao Brasil, após ser liberado de sua pena devido à falta de provas relativas às acusações que sofreu ao lado de seus companheiros (SLEMIAN, 2006: 184).

Em 1824 é agraciado por D. Pedro I com o Oficialato da Imperial Ordem do Cruzeiro e em outubro do mesmo ano é nomeado Cônego da Capela Imperial (BITTENCOURT, 1938: 186).

Participou da primeira Assembleia Geral, em 1826, como deputado por Minas Gerais. Não se reelegeu e voltou a atuar como jornalista ocupando a direção da Tipografia Nacional e do *Diário Fluminense*. Como “*escritor oficial*” afastou-se de seus antigos companheiros políticos, defendeu atos do governo e passou a responder aos jornais da oposição *Aurora Fluminense*, *Astréa*, *Verdadeiro Patriota*. De acordo com Feijó Bittencourt (1938:187-9), Januário da Cunha foi defensor de D. Pedro I até o momento de sua abdicação em 1831. Após este episódio ele retomará suas atividades políticas ao lado da corrente que se reúne em torno de Evaristo da Veiga.

Em 1833, deu início à direção do *Auxiliador da Indústria Nacional* – periódico da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN), da qual era secretário. Tal periódico era veículo de ideias para o desenvolvimento do país – apresentava projetos de melhoramentos na agricultura, pecuária e manufatura. Januário foi autor de artigos cujas temáticas tinham alcance econômico e social (IPANEMA, 1997: 204).

O ano de 1834 é de grande importância na vida de Januário, que neste momento atuava como jornalista a serviço do partido político ao qual pertencia e apoiava o ministério que destituiu José Bonifácio do cargo de Tutor de D. Pedro II. Era opositor ferrenho de Bernardo Pereira Vasconcellos. Deu início a publicação do jornal político e satírico *Mutuca Picante*, periódico que lhe deu grande popularidade e lhe serviu de

instrumento na “guerra” que travou na imprensa contra Vasconcellos (BITTENCOURT, 1938: 190).

Outro evento de significativa importância que nosso personagem teve ativa participação foi o da fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no ano de 1838. Januário da Cunha ao lado do militar Raimundo José da Cunha Matos, ambos membros da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, redigiu a proposta de criação desta instituição que constituiu-se em um dos importantes centros da Memória Nacional. Os proponentes justificavam a criação da mesma alegando seu caráter pedagógico que beneficiaria a administração pública e traria “esclarecimento” a todos os brasileiros. Destacaram ainda as dificuldades a que estavam sujeitas as investigações acerca da história da pátria devido à carência de um “*instituto histórico e geográfico*” que se ocupasse em centralizar os documentos que se encontravam espalhados pelas províncias do Império.

De acordo com Lúcia M. P. Guimarães (1995: 473) a idéia do estabelecimento desta associação ilustrada representava, em meio a tantas crises institucionais por que passava o país, um empreendimento de vanguarda, semelhante ao que já ocorria em diversas localidades europeias. Movimento este que Jacques Le Goff identificou como “*destinado a fornecer a memória coletiva das nações os monumentos de lembrança*”.

Desde os primeiros anos de sua fundação o Instituto Histórico responsabilizou-se por coligir, metodizar, arquivar e publicar os documentos necessários para a escrita da história do Brasil (GUIMARÃES, 1988: 6). Sua principal meta era dotar o país recém-independente de um passado adequado às pretensões da monarquia. Sustentava dessa maneira um projeto político cuja consecução só seria viável através de uma militância intelectual homogênea, marcada pela fidelidade ao regime (GUIMARÃES, 1999: 36).

A análise da lista de seus vinte e sete fundadores realizada por Lúcia P. Guimarães (1995: 474-82) revela o alcance da proposta de fundação de tal instituição. A autora demonstrou que ao lado de figuras aparentemente desvinculadas do panorama político do período, estavam algumas notabilidades da Corte. Homens cujas biografias confundiam-se com a própria trajetória do Estado Imperial. É importante ressaltar que a maioria dos personagens que participaram da criação do Instituto Histórico constituiu-se de políticos. Mais especificamente, podem ser identificados entre os fundadores dois

grupos de políticos. Um composto por indivíduos que iniciaram sua carreira por ocasião da Independência, como os marechais Cunha Matos e Torres Alvim, que já prestavam serviços a Casa de Bragança desde o tempo de D. João VI; as figuras emblemáticas de Januário da Cunha Barbosa e José Clemente Pereira; parlamentares que principiaram suas vidas públicas na Assembleia Constituinte de 1823, como Caetano Maria Lopes Gama, Cândido José de Araújo Vianna, José Feliciano Fernandes Pinheiro, José Antônio da Silva Maia e Francisco Gê de Acaiaba Montezuma; e finalmente o ministro da Fazenda no 11º Gabinete do Primeiro Reinado, José Antônio Lisboa.

No outro grupo, composto por indivíduos que ascenderam ao aparato de governo após a Abdicação de D. Pedro I, encontramos Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, Bento da Silva Lisboa, Joaquim Francisco Vianna e Rodrigo de Sousa da Silva Pontes (GUIMARÃES, 1995: 481).

Levando em consideração o panorama político do período Regencial, encontramos nas relações acima elementos do antigo “Partido Restaurador”, que perdeu o sentido após a morte de D. Pedro I, em 1834, e remanescentes da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional do Rio de Janeiro. Esta última, uma entidade civil que fora organizada após a Abdicação, com o objetivo de “*segurar e dirigir a opinião pública*”, e que se constituiu como o principal reduto do chamado “liberalismo moderado”.

Diante disso, compartilhamos da opinião de Lúcia P. Guimarães (1995: 481), que afirma que os fundadores do Instituto não se reuniram motivados exclusivamente pelo amor às letras, ou porque sofriam com a “*saturação do monopólio que a vida política vinha exercendo em suas mentes.*” Esses homens aproximaram-se durante a gestão do Terceiro Gabinete da Regência, período em que Aureliano de Sousa Coutinho, Araújo Vianna e Bento da Silva Lisboa foram companheiros na formação do ministério.

O equilíbrio das forças políticas “*nos bastidores da Quinta da Boa vista e do Paço da Cidade*”, começou a alterar-se em 1833 quando José Bonifácio foi destituído do cargo de tutor do herdeiro da Coroa. A corte palaciana com todo seu séquito de funcionários e agregados passou para a esfera de influência do ministro Aureliano de Sousa Coutinho.

Após a notícia da morte de D. Pedro I e o conseqüente fim do “Partido Restaurador”, seus membros migraram para o lado dos “liberais moderados”. Realinharam-se desta forma junto a Aureliano e seus correligionários da Sociedade Defensora, círculo da qual já faziam parte o marechal Torres Alvim, Joaquim Francisco Vianna e Januário da Cunha Barbosa que levou para o convívio do grupo José Clemente Pereira.

Mesmo após a queda de Aureliano Coutinho do ministério, causada pelas manobras oposicionistas de Bernardo Pereira de Vasconcellos, seu prestígio e autoridade no circuito palaciano permaneceram intocados. Mas na segunda metade do período regencial, o grupo de Aureliano, conhecido como “*facção áulica*” viu-se obrigado a recuar à medida que Vasconcellos avançava. Este grupo então, destituído dos postos-chave da Regência, necessitava abrir um novo espaço na Corte, aparentemente neutro e que facilitasse seu trânsito no cenário político. Nesse sentido, nada mais conveniente do que a criação de uma Academia nascida na Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Podemos assim concluir, sem negligenciar as inclinações intelectuais dos personagens que envolveram-se na fundação do IHGB, que tal projeto extrapolava o “*círculo beletrista*” do Rio de Janeiro, caracterizando-se também como uma estratégia política (GUIMARÃES, 1995: 482).

Lúcia P. Guimarães aponta Januário da Cunha Barbosa como o grande “executivo” da fase inicial das atividades do Instituto. No período demitido do cargo de diretor da Tipografia Nacional por seu já citado inimigo político Bernardo P. Vasconcellos, ele empenhou-se com afinco na coordenação e estruturação da agremiação, administrou a instituição e contribuiu com as ideias que, em curto prazo, renderam bons frutos. Januário também foi o responsável pela organização da *Revista* e logo em seu primeiro número publica seu “*Discurso no ato de estatuir-se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*”, texto onde exprime claramente a concepção de História que pretendia incentivar dentro dessa instituição. Seu discurso além de demarcar uma fundação e a possibilidade de uma escrita da história nacional, define o sentido político desta escrita para uma nação em gestação. Nesse sentido, “*o conhecimento do passado, organizado segundo princípios de uma ciência, deveria estimular o patriotismo, entendido nos termos de uma identidade nacional a ser forjada*” (GUIMARÃES, 1989: 103).

Januário defendia a organização criteriosa das fontes e a luta contra o esquecimento dos “fatos memoráveis”, tarefas estas que só seriam realizadas através da “imparcialidade e necessário critério, que devem sempre formar o caráter de um verídico historiador” (GUIMARÃES, 1989: 103-4). Dessa forma ele defendia um dos imperativos para a legitimação de um texto como de história, que se constituiria como autoridade sobre o passado desde que produzido a partir da pesquisa documental. Manoel L. S. Guimarães interpretou este trabalho de Januário como o de uma cruzada pela escrita, capaz de fixar uma memória daquilo que se desejava, e, sobretudo, daquilo que se necessitava recordar (GUIMARÃES, 1989: 104).

Januário foi também o autor da proposta que pedia ao imperador menino que tomasse o IHGB sob sua imediata proteção e do plano de solicitação de subsídios à Regência, via Assembleia Legislativa.

Em agosto de 1840, já cansado e doente, Januário redigiu uma carta ao Imperador Pedro II, onde pedia auxílio para o último quartel de sua vida, apresentando-se como um “*benemérito da pátria*” (ARQUIVO do IHGB, lata 49, pasta 13). Justificava-se afirmando que durante toda a sua vida prestou provas de amor à pátria, à Monarquia Constitucional Representativa e à “*Augusta Dinastia Brasileira*”. Em seguida começa a elencar todos os episódios políticos em que teve destacada participação, como na redação do *Revérbero*, na representação para a criação do Conselho de Procuradores das Províncias e também para a criação da Assembleia Constituinte. Declara injusta sua deportação, diante de tantos serviços prestados, mas que mesmo assim, quando retornou do exílio continuou a servir à pátria: redigindo a *Folha do Governo*, onde “*sustentou a causa (do Brasil) com afinco e lealdade... emitindo sempre doutrinas de paz e de ordem, publicando artigos interessantes à civilização, e à indústria do país*”; ocupando-se do ensino público durante 30 anos, “*ele tem a consolação de haver instruído discípulos, que hoje mesmo honram os cargos da nação por suas letras e bons sentimentos*”; empregado como cônego da Capela Imperial “*tem cumprido todos os seus deveres com prontidão, e boa vontade, e até pregando em muitas solenidades do governo, e funerais de príncipes*”; e incumbido da censura de peças teatrais, “*no tempo do Sr. D. Pedro I, e agora mesmo, ele pode dizer com segurança que tem aproveitado no desempenho de tão enfadosa tarefa, porque a moral pública não tem sido ofendida no Teatro de D. Pedro, depois que as peças tem sido por ele revistas e censuradas*”.

Assim ele resume seus trabalhos, lembrando ainda os serviços que prestou às “*letras brasileiras*” através de suas publicações no *Auxiliador da Indústria Nacional* e na *Revista* do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Dessa forma, Januário começa a tecer sua própria memória, que logo após seu falecimento é imortalizada nas páginas da *Revista* que ele mesmo fundou e dirigiu durante seu período de atuação no IHGB.

Em 1844, foi chamado para membro do Conservatório Dramático e em 5 de setembro desse mesmo ano, nomeado diretor da Biblioteca Nacional.

Faleceu em 22 de fevereiro de 1846, aos sessenta e seis anos, pouco tempo depois de eleger-se deputado à sexta Legislatura (SISSON, 1999: 442). No mês seguinte, Manuel de Araújo Porto Alegre propõe ao Instituto a confecção de seu busto, que foi inaugurado juntamente com o de Cunha Matos, em sessão pública e solene no Paço Imperial, onde funcionava o IHGB. Tal cerimônia contou com a presença do Imperador Pedro II e mais de quatrocentos espectadores, “*tanto nacionais como estrangeiros*”, entre os quais os “*Srs. Ministros e Conselheiros de Estado, senadores e deputados, grande parte do corpo diplomático e consular, médicos, advogados, militares, religiosos de todas as ordens e literatos de diversas nações*” (RIHGB, T. XI – 1848: 215). Desde então o cônego foi alvo de muitos elogios históricos, preocupados em ressaltar suas qualidades de “*amante das letras*”, religioso e político. Dessa forma ele passou a figurar na “*galeria de heróis*”, composta de personagens que deveriam ser cultuadas pelos serviços prestados à glória da pátria, construída pelo IHGB como parte do projeto de produção da memória nacional. Neste projeto, a publicação das biografias, enquanto reconstituições vivas do passado possuíam um claro sentido pedagógico, que se configurava na divulgação de “*vidas exemplares*”. O exemplo dos “*grandes homens*” deveria ser contagioso, fazendo surgir novos exemplos, ou ao menos servindo de guia moral e cívico (ENDERS, 2000: 8). Nesse sentido, nada mais adequado que a descrição da vida do religioso que dedicou sua vida ao serviço da pátria.

QUADRO TEÓRICO

Segundo Ângela de Castro Gomes (2004: 11-3) é através dos atos biográficos que os indivíduos e os grupos evidenciam a relevância de dotar o mundo que os cerca de significados especiais, relacionando-os com suas próprias vidas, que não precisam ter

nenhuma característica excepcional para tornarem-se dignas de serem lembradas. Os tempos modernos são apontados pela autora como de consagração do lugar do indivíduo na sociedade, tanto como uma unidade coerente que postula uma identidade para si, quanto como uma multiplicidade que se fragmenta socialmente, exprimindo identidades parciais e nem sempre harmônicas. Através dessa nova categoria de indivíduo, transformam-se as noções de memória, documento, verdade, tempo e história. E é exatamente porque o “eu” do indivíduo moderno não é contínuo e harmônico que as práticas culturais de produção de si (guarda de registros que materializem sua história) se tornam possíveis e desejadas, pois são elas que atendem à demanda de uma certa estabilidade e permanência através do tempo.

Na investigação da trajetória de Januário da Cunha Barbosa, não pretendemos apresentar nosso personagem como um ser unitário, que atravessou linearmente o período em que viveu. Perspectiva essa fortemente contestada na construção de biografias (SCHIMIDT, 1997: 13). Benito B. Schmidt (2000: 199) afirma que um dos maiores desafios dos estudos biográficos da atualidade é “*capturar os personagens enfocados a partir de diferentes ângulos, construindo-os não de uma maneira coerente e estável, mas levando em conta suas hesitações, incertezas, incoerências, transformações.*” O que implica no abandono da linearidade cronológica, fazendo-se necessário o trabalho com diferentes temporalidades: o tempo contextual (o panorama político, econômico, cultural), o tempo interior, o tempo da memória, etc. Essa seria uma das possíveis formas de afastar-se do que Pierre Bourdieu denominou “ilusão biográfica”, que caracteriza-se pela crença de que “*a vida constitui um todo, um conjunto coerente e orientado, que pode e deve ser apreendido como expressão unitária de uma ‘intenção’ subjetiva e objetiva, de um projeto. (...) Essa vida organizada como uma história transcorre, segundo uma ordem cronológica que também é uma ordem lógica...*” (BOURDIEU, 1996: 184). Problema este também ressaltado por Levi (1996: 169):

Em muitos casos, as distorções mais gritantes se devem ao fato de que nós, como historiadores, imaginamos que os atores históricos obedecem a um modelo de racionalidade anacrônico e limitado (...) contentamo-nos com modelos que associam uma cronologia ordenada, uma personalidade coerente e estável, ações sem inércia e decisões sem incertezas.

Para o autor citado, a solução de tal problema, acompanhando as considerações feitas por Bourdieu estava na indispensabilidade da reconstrução do contexto, da

“*superfície social*” em que age o indivíduo, numa pluralidade de campos, a cada instante (LEVI, 1996:169).

A biografia intelectual é uma das várias abordagens da história intelectual. Para que as biografias se inscrevam neste domínio é necessário que a narração de uma vida seja circunscrita no interior de um espaço social preciso e/ou de um contexto histórico determinado. Em tal gênero de estudo, deve-se salientar além da trajetória de um indivíduo, as relações que ele estabelece com seus pares, as visões de mundo, os esquemas de pensamento de um determinado meio intelectual, responsável pela configuração de uma trajetória e de uma obra (SILVA, 2002: 22-3).

De acordo com Helenice R. Silva (2002: 12) a história intelectual visa a dois eixos de análise, o do funcionamento de uma sociedade intelectual, ou seja, suas práticas e suas estratégias; e o das características de um momento histórico e conjuntural que impõem visões de mundo, esquemas de percepção e apreciação, enfim, modalidades específicas de pensar e agir por parte dos intelectuais. Tal domínio de estudos deve privilegiar a leitura de um texto em relação ao seu contexto, ou seja, considerar a obra em relação à formação social e cultural de seu autor, ao espaço de produção e à conjuntura histórica dessa última. Portanto, o papel fundamental da história intelectual é o do posicionamento das ideias, situando-as em seu contexto intelectual e histórico de produção. Mas tal abordagem da relação dos textos com seus contextos não deve ser tomada como simples solução para os problemas da história intelectual. Dominick La Capra defende que ela mesma deve ser reformulada e investigada como verdadeiro problema (LA CAPRA, 1998: 252).

Nesse sentido, apresentaremos nosso personagem buscando inscrevê-lo no espaço social onde viveu e atuou, isto é, no contexto marcado pelas questões acerca da Independência e da afirmação do Estado Nacional Brasileiro. Também será sublinhado o esquema de pensamento que partilhou no meio intelectual ao qual pertencia, e que muito influenciou na construção de suas obras.

Para isso a noção de “sociabilidade intelectual” nos será cara. De acordo com Rebeca Gontijo (2005: 277) a investigação das sociabilidades nos leva a seguir a trajetória dos indivíduos e grupos, na busca do mapeamento de suas ideias, tradições, comportamentos e formas de organização, para que assim torne-se possível a caracterização e a compreensão de seus esforços de reunião e afirmação de identidades

em determinados momentos. Um estudo voltado para o relacionamento de vida associativa e produção intelectual (que inclui realizações e projetos, experiências e expectativas) nos permite ver as obras como elementos constitutivos de e constituídos por um dado campo político cultural. Segundo a autora, “*entrar no mundo das sociabilidades é uma forma de encontrar a experiência dos indivíduos em sua vida social, recuperando o papel da contingência.*”

No caso dos estudos sobre os intelectuais Michel Trebitsch propõe investigar se a especificidade das formas de organização interna do meio intelectual e o tipo de relações estabelecidas com outros meios dependem de uma lógica estratégica assimilável a outras formas de relação social, ou respondem a uma demanda específica da atividade intelectual. O autor aponta três aspectos que podem servir de norteadores para o estudo da sociabilidade entre os intelectuais, como a relação com o político, a definição de valores próprios e o papel das representações. Para o tratamento da relação do meio intelectual com o político, ele recupera os trabalhos de M. Agulhon, segundo os quais a sociabilidade é o suporte social das modernas formas de politização. Retoma também os estudos de R. Chartier, que relacionam a existência do intelectual moderno à emergência de um espaço público capaz de dar sentido a sua atividade de criação cultural, garantindo-lhe certa autonomia. No que se refere à investigação dos valores, ele afirma que, de um modo geral, no meio intelectual prevalece a negação da lógica do interesse individual, do utilitário, em nome da adesão a valores comuns (científicos, estéticos ou ideológicos). E finalmente em relação ao papel das representações, ele afirma que a história dos intelectuais se organiza em função das representações de uma comunidade ideal, que pode adquirir formas diversas (GONTIJO, 2005: 260-1).

BIBLIOGRAFIA

AVEZOU, Laurent. *La Biographie. Mise au point méthodologique et historiographique. Hypothèses* 2000/1, p. 13-24.

AZEVEDO, Célia M. Marinho. *A nova história intelectual de Dominick La Capra e a noção de raça*. In: RAGO, Margareth e GIMENES, Renato Aloizio de Oliveira (orgs). **Narrar o passado, repensar a história**. Campinas, SP: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2000. p.123-134.

BARATA, Alexandre Mansur. *Constitucionalismo e sociabilidade na cidade do Rio de Janeiro (1822-1823): a Nobre Ordem dos Cavaleiros da Santa Cruz e o projeto de*

Constituição para o Império do Brasil. In: CARVALHO, J. M. **Nação e Cidadania: novos horizontes**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p.351-376.

_____. **Maçonaria, sociabilidade ilustrada e Independência (Brasil, 1790-1822)**. São Paulo: Annablume; Juiz de Fora: Ed.UFJF, 2006.

BERSTEIN, Serge. *A cultura política*. In: RIOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean-François (org). **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998.p.349-364.

BITTENCOURT, Feijó. **Os Fundadores**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.

BOURDIEU, Pierre. *A ilusão biográfica*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (orgs). **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996. p.183-191.

CARVALHO, José Murilo. *História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura*. **Topoi**. Rio de Janeiro, n.1, p.123-152.

CEFAI, Daniel (dir). **Cultures politiques**. Paris: PUF, 2001.p.93-116.

CERUTTI, Simona. *Processo e experiência: indivíduos, grupos e identidades em Turim no século XVII*. In: REVEL, Jacques (org.). **Jogos de Escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998. p.173-202.

GOMES, Ângela de Castro. **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2004. p.7-26.

_____. Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.19, 1997.

GONTIJO Rebeca. *História, cultura, política e sociabilidade intelectual*. In: SOIHET, Rachel et alii (org). **Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história**. Rio de Janeiro Mauad, 2005.

_____. *Cartas de Capistrano. Fragmentos de discursos sobre a história e os historiadores da I República*. **X Encontro Regional de História – ANPUH-RJ. História e Biografias – Universidade do Estado do Rio de Janeiro – 2002**.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *O Império de Santa Cruz: a gênese da memória nacional*. In: HEIZER, Alda e VIDEIRA, Antonio Augusto Passos (orgs). **Ciência, Civilização e Império nos Trópicos**. Rio de Janeiro: Acess, 2001. p. 265-285.

_____. *O “Tribunal da Posteridade”*. In: PRADO, Maria Emilia. **O estado como vocação: idéias e praticas políticas no Brasil oitocentista**. Rio de Janeiro: Acess, 1999. p.33-58.

_____. *Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1839)*. **Revista do**

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, a.156, n.388, p.459-613, jul./set. 1995.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Lima Salgado. *A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil*. In: **Nação e Cidadania: novos horizontes**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p.93-122.

_____. *A Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e os temas de sua historiografia (1839- 1857)*. In: WEHLING, Arno (org.). **Origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Idéias filosóficas e sociais e estruturas de poder no Segundo Reinado**. Rio de Janeiro: O Instituto, 1989.

_____. *Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional*. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.1, 1988.

_____. *Para reescrever o passado como história: o IHGB e a Sociedade dos Antiquários do Norte*. In: HEIZER, Alda e VIDEIRA, Antonio Augusto Passos (orgs). **Ciência, Civilização e Império nos Trópicos**. Rio de Janeiro: Acess, 2001. p.1-28.

HARLAN, David. *A historia intelectual e o retorno da literatura*. In: RAGO, Margareth e GIMENES, Renato Aloizio de Oliveira (orgs). **Narrar o passado, repensar a história**. Campinas, SP: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2000.p.15- 62.

HEYMANN, Luciana Quillet. *Indivíduo, Memória e Resíduo Histórico: Uma Reflexão sobre os Arquivos Pessoais e o caso Fillinto Müller*. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: FGV, n.19, 1997.

IPANEMA, Cybelle e Marcelo. *Súmula da atividade jornalística de Januário da Cunha Barbosa e crítica de atribuição*. **Revista do IHGB**, 330, jan-mar.1981, p.115-120.

_____. *“Januário da Cunha Barbosa: para não esquecer.”* **RIHGB – 158, n.394**, jan./mar. 1997.

KURY, Lorelai. *Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810)*. In: **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**. Vol.11 (suplemento 1): 109-29. Rio de Janeiro, 2004.

LA CAPRA, Dominick. *Repensar la historia intelectual y leer textos*. In: PALTÍ, Elias José. “Giro lingüístico” e história intelectual. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 1998. p.237-292.

LEVI, Giovanni. *Usos da biografia*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (orgs). **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996. p.167-182.

LORIGA, Sabina. *A biografia como problema*. In: REVEL, Jacques (org.). **Jogos de Escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998. p. 225-250.

MONTALVÃO, Sérgio. *Biografia intelectual como exercício de escrita da história*. **História da Historiografia**. Ouro Preto, n.04, março. 2010.

MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial, 1820-1840**. São Paulo: Hucitec, 2005.

_____. *Animais, Monstros e Disformidades: a “Zoologia Política” no Processo de Construção do Império do Brasil*. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.24, 1999/2.

NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das. *Intelectuais brasileiros nos oitocentos: a constituição de uma “família” sob a proteção do poder imperial (1821-1838)*. In: PRADO, M.E. **O estado como vocação: idéias e práticas políticas no Brasil oitocentista**. Rio de Janeiro: Acess, 1999.

_____. **Corcundas e Constitucionais. A cultura política da independência (1820-1822)**. Rio de Janeiro: Revan: FAPERJ, 2003.

PRIORI, Mary Del. *Biografia: quando o indivíduo encontra a história*. **Topoi**, v.19, jul-dez, 2009. p. 7-16.

PROCHASSON, Cristophe. *“Atenção Verdade!” Arquivos Privados e Renovação das Práticas Historiográficas*. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: FGV, 11(21), 1998.

QUIRÓS, Pilar González Bernaldo. *La “sociabilidad” y la historia política*. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**. BAC – Biblioteca de Autores del Centro. Février, 2008. URL: <http://nuevomundo.revues.org/index24082.html>.

RIBEIRO, Gladys Sabina. **A Liberdade em Construção: identidade nacional e conflitos anti-lusitanos no Primeiro Reinado**. Rio de Janeiro: Relume – Dumará, 2002.

SCHMIDT, Benito Bisso. *Biografia: um gênero de fronteira entre a história e a literatura*. In: RAGO, Margareth e GIMENES, Renato Aloizio de Oliveira (orgs). **Narrar o passado, repensar a história**. Campinas, SP: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2000. p. 193-202.

_____. “Construindo biografias... Historiadores e Jornalistas: Aproximações e afastamentos.” **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.19, 1997.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questões raciais no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SIGAUD, J. F. *Elogio Histórico do Secretário Perpétuo cônego Januário da Cunha Barboza*. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, tomo XI, 1848.

SILVA, Ana Rosa Coclet. **Inventando a Nação: Intelectuais Ilustrados e Estadistas Luso-Brasileiros na Crise do Antigo Regime Português (1750-1822)**. São Paulo: Editora HUCITEC, 2006.

SILVA, Helenice Rodrigues. **Fragmentos da História Intelectual: entre questionamentos e perspectivas**. Campinas, SP: Papirus, 2002.

SISSON, S. A. **Galeria dos brasileiros ilustres**. Brasília: Senado Federal, Secretaria especial de Editoração e Publicação. Coleção Brasil 500 anos, 1999. Vol.1.

SLEMIAN, Andréa e PIMENTA, João Paulo G. **O “nascimento político” do Brasil: as origens do estado e da nação (1808-1825)**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SLEMIAN, Andréa. **Vida Política em tempo de crise: Rio de Janeiro (1808-1824)**. São Paulo: Hucitec, 2005.

SOUZA, Iara Lis Carvalho. **Pátria Coroada: O Brasil como corpo político autônomo – 1780-1831**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

SOUZA, Adriana Barreto. *Biografia e escrita da história: reflexões preliminares sobre relações sociais e de poder*. **Revista da Universidade Rural, Série Ciências Humanas**. Seropédica, RJ, EDUR, v.29, n.1, jan-jun, 2007. p.27-36.

TREBITSCH, Michel. *Correspondances d'intellectuels. Les cas des lettres d'Henri Lefebvre à Norbert Guterman (1935-1947)*. Disponível em:
http://www.ihtp.cnrs.fr/Trebitsch/cahiers_20.html

WEHLING, Arno.(coord.) **Origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: Idéias filosóficas e sociais e estruturas de poder no Segundo Reinado**. Rio de Janeiro: O Instituto, 1989.

WULF, Naomi. *Biographie et histoire dans La jeune République*. *Transatlantica*, 1/2002. URL: <http://transatlantica.revues.org/index392.html>